

iRadarPPP

JUNHO/2023

Powered By

Azevedo Sette
ADVOGADOS

vernalha
pereira

Desenvolvido por

 RADAR PPP

Com objetivo de analisar as tendências do mercado de PPP e concessões, desenvolvemos um **índice** que retrata o **desempenho médio do mercado**, gerando percepções diárias sobre a evolução ou involução das expectativas sobre os projetos de concessão e PPP.

A lógica geral do iRadarPPP envolve a ponderação diária do estoque de investimentos estimados para a totalidade de iniciativas de PPP e concessões.



Obtemos os valores estimados de investimentos por meio de informação pública disponível.



À medida que novos contratos são firmados o estoque é elevado, enquanto que a execução dos contratos ao longo do tempo reduz o estoque, dado que os investimentos já incorreram.



À medida que as iniciativas em desenvolvimento se aproximam da assinatura contratual o montante dos investimentos estimados é ponderado para também se somar ao estoque total, alterando as expectativas para o mercado.



A depender de como as iniciativas de PPP e concessão se desenvolvem, o estoque de investimentos é impactado, acarretando variação positiva ou negativa do índice.

Projetos relacionados ao meio ambiente renovam sua relevância no mercado de PPP e concessões

Estruturação de projetos que se relacionam à recuperação de áreas de florestas e exploração de carbono tendem a propiciar uma nova onda de concessões no meio ambiente

Radar PPP
11/07/2023

O segmento Meio Ambiente registrou movimentações relevantes nas últimas semanas. Vale destaque a anulação da concessão do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT) pelo Tribunal de Contas da União, em acolhimento a um pedido do governo de Mato Grosso, decorrente da desclassificação da MTPar da concorrência para gerenciar o parque. A MTPar é uma sociedade anônima de economia mista e capital fechado, que tem como sócio majoritário o Governo do Estado de Mato Grosso, criada em 2012 com intuito de auxiliar o Estado de Mato Grosso na realização das políticas de governo que envolvem investimentos públicos e privados em áreas prioritárias, tais como inclusão social, ciência e tecnologia, mobilidade urbana, saneamento e meio ambiente. Não seria a primeira vez que o Governo do Mato Grosso assumiria uma concessão de ativo público federal. No começo de maio, a MTPar adquiriu o controle acionário da concessionária Rota do Oeste, que administra o trecho mato-grossense da BR-163. Todavia, a MTPar foi desclassificada do processo do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT), o que gerou o questionamento junto ao TCU. Uma nova concorrência deve ser publicada nas próximas semanas.

A paralisação temporária da iniciativa impactou o iRadarPPP, reduzindo o estoque de investimentos nos valores estimados para o projeto – são estimados entre investimentos e reinvestimentos mais de R\$ 24 milhões para o projeto.

Outra iniciativa de destaque no segmento, mas que impactou o iRadarPPP positivamente, é o lançamento da licitação de concessão para recuperação florestal e plantio de espécies nativas da Mata Atlântica. Trata-se de projeto do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

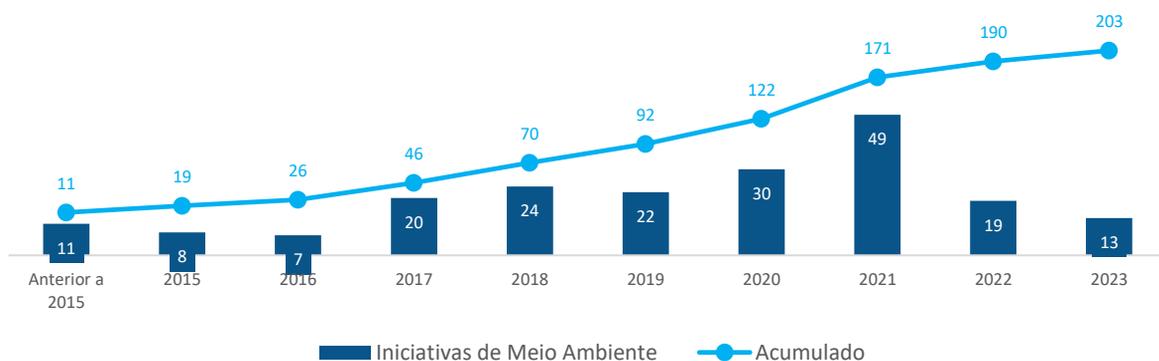


Flona de Três Barras, em SC. Imagem da STCP, retirada de <https://www.stcp.com.br/sem-categoria-pt/concessao-florestal-das-flonas-do-sul/>.

O projeto envolve as Florestas Nacionais (Flonas) de Irati, no Paraná, e de Chapecó e Três Barras, em Santa Catarina, cujo principal objetivo é recuperar a Mata Atlântica na região. Trata-se do primeiro projeto de concessão nacional que prevê ações de restauração. Até então, o SFB só havia realizado concessões para manejo sustentável em florestas nativas na Amazônia.

Apesar de uma estimativa de CAPEX não tão expressivo (menos de R\$ 10 milhões, somadas as 3 áreas envolvidas), o projeto envolve, aproximadamente, dispêndio de R\$ 430 milhões na operação florestal e na cadeia da restauração ao longo dos 35 anos de contrato.

As iniciativas citadas se juntam a um pipeline de 203 iniciativas lançadas até junho de 2023, apresentadas a seguir, conforme ano de lançamento.

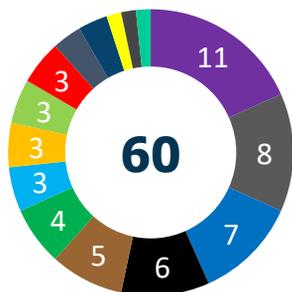


O segmento tende a continuar a crescer de forma expressiva, tendo em vista a maior atuação das entidades estruturadoras, sobretudo o BNDES, no desenvolvimento de projetos que envolvem florestas e o potencial mercado de carbono.

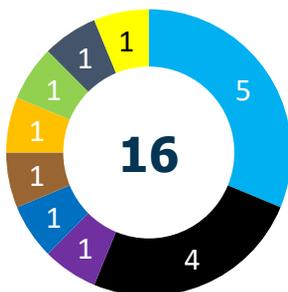
Movimentação intensa em iniciativas relacionadas a Cultura, Lazer e Comércio

As maiores movimentações no mercado de PPPs e Concessões no mês de junho estão concentradas no segmento Cultura, Lazer e Comércio, em que foram observados o surgimento de 11 novas iniciativas, uma abertura de consulta pública e 7 publicações de edital em licitação. A observação de 11 iniciativas novas é o maior quantitativo para o segmento em toda a série histórica mensal monitorada.

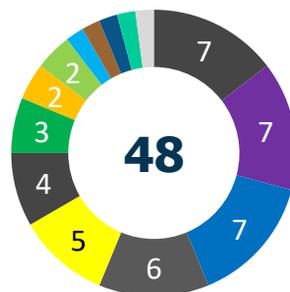
Novas Iniciativas
(junho, 2023)



Consulta Pública aberta
(junho, 2023)



Licitação iniciada
(junho, 2023)



- Cultura, Lazer e Comércio
- Estacionamentos
- Água e Esgoto
- Habituação e Urbanização
- Iluminação Pública

- Portos
- Resíduos Sólidos
- Eficiência Energética e Tecnologia
- Terminais Rodoviários
- Sistema Funerário

- Unidades Administrativas e Serviços Públicos
- Meio Ambiente
- Mobilidade
- Aeroportos
- Saúde



Jardim Japonês, em Belo Horizonte. Imagem do Diário do Comércio, retirada de <https://diariodocomercio.com.br/economia/zoologico-de-bh-pode-ser-concedido-ao-setor-privado/>.

O destaque do segmento fica para o projeto de Concessão para Gestão de Equipamentos e Serviços do Complexo da Pampulha, em Belo Horizonte, que inclui o zoológico, cuja licitação está marcada para ocorrer no dia 16/08/2023. Incluem ainda a concessão de um Centro de Compras, em Taubaté-SP, e do Prédio Casa de Pedra, em Canela-RS, ambos com licitação marcada para julho (dias 12 e 24, respectivamente).

Caso alguma das licitações leve à assinatura de contrato, será alcançada a marca de 100 contratos de concessão (*lato sensu*) em vigência no país, no setor. Os dados expostos evidenciam as situações das iniciativas deste segmento.

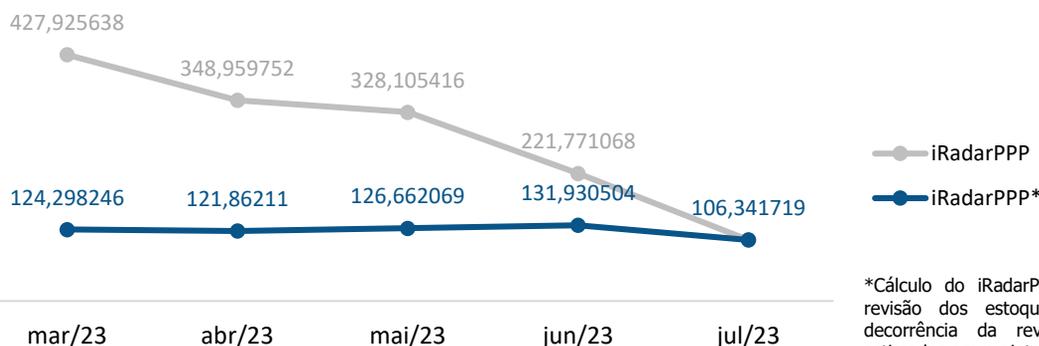


Desempenho do iRadarPPP no mês

Em função da necessidade de se fazer um ajuste nas estimativas de investimento dos projetos mais expressivos da base de dados, o iRadarPPP deste mês contou com uma medida excepcional na composição do seu cálculo. Nossa intenção foi capturar um efeito mais real de comportamento do mercado, isolando este componente do ajuste das estimativas de investimentos em grandes projetos e a sensibilidade que isso é capaz de produzir no índice.

Preservando a metodologia original do iRadarPPP, simulamos um cenário em que os dados anteriores da série já pudesse ser observados desde março/2023 anulando-se o efeito da variação causada pela correção em estimativas de investimento pelo cálculo médio *per capita*. Assim, o índice do iRadarPPP de junho ficou em 131,930504 pontos, com uma variação de 4,16% frente ao mês anterior. Por honestidade com nossos leitores, haverá um asterisco (*) no gráfico explicando essa medida.

O volume de informações da base de dados da Radar PPP é imenso e qualquer tipo de esforço para tratar esses dados e produzir informações não é trivial. Nossa expectativa é que ajustes dessa natureza se façam cada vez menos necessários a cada mês que passa. Contamos com os *feedbacks* e a compreensão dos nossos leitores, para a consolidação dessa ferramenta criada para medir de forma dinâmica e confiável a temperatura do ambiente de PPPs e concessões no país.



*Cálculo do iRadarPPP expurgando efeitos da revisão dos estoques de investimentos em decorrência da revisão de valores médios estimados em projetos expressivos.



Destaque para a pauta ambiental nos novos projetos de concessões



Aline Lícia Klein

Sócia da área de infraestrutura e projetos do Vernalha Pereira



Uma questão que pode ser destacada nos dados de junho do iRadarPPP é a evolução de novos projetos no segmento de Meio Ambiente, alinhados à pauta de atuação do Governo Federal nessa área.

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima lançou em 22/6/2023 o edital de concessão para recuperação florestal e plantio de espécies nativas da Mata Atlântica, abrangendo as Florestas Nacionais de Irati (PR) e de Chapecó e Três Barras (SC). São previstos investimentos de R\$ 430 milhões na operação florestal e na cadeia da restauração, com prazo contratual de 35 anos. A entrega das propostas deverá ocorrer até 2/10/2023.

Houve também a qualificação pelo PPI da concessão de duas florestas localizadas no Estado do Pará, as Florestas Nacionais do Jamanxim e do Trairão. Com essa concessão, objetiva-se a recuperação de áreas degradadas, o combate a incêndios e a preservação ambiental. Já o Município do Rio de Janeiro deu início à concessão dos Parques Naturais Municipais Bosque da Barra e Chico Mendes.

Os investimentos em concessões relacionadas a meio ambiente e soluções sustentáveis foram estimulados por algumas mudanças em marcos regulatórios.

O Decreto n.º 11.498/2023 incluiu os projetos de infraestrutura em unidades de conservação e parques urbanos entre os programas elegíveis para a emissão de debêntures incentivadas.

Já a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei n.º 11.284/2006) foi alterada recentemente pela Lei n.º 14.590/2023 (resultante da conversão da MP n.º 1.151/2022), retirando a vedação que existia para a outorga ao concessionário do direito de comercializar créditos de carbono. Os contratos de concessão florestal agora podem prever a transferência da titularidade dos créditos de carbono do poder concedente para o concessionário, que pode, então, comercializar os certificados representativos correspondentes aos créditos. O edital poderá prever o compartilhamento destes valores com o poder concedente.

Além dos créditos de carbono, a Lei também passou a autorizar a atribuição ao concessionário do direito de desenvolver serviços ambientais associados. Espera-se o desenvolvimento e negociação de atividades de manutenção, recuperação ou melhoria de serviços como reflorestamento, proteção de ecossistemas, regulação do fluxo hídrico, controle de erosão e manutenção de polinizadores. Trata-se de atividades cujos resultados poderão ser enquadrados nos chamados créditos de biodiversidade, discutidos na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP 15), realizada em dezembro de 2022. Os chamados biocréditos poderão ser comercializados, de forma semelhante aos créditos de carbono.

Alterações legislativas, no sentido de autorizar os concessionários a desenvolver e comercializar créditos de carbono e serviços ambientais, também foram feitas na Lei n.º 11.516/2007, aplicável às concessões de parques nacionais.

Com essas mudanças normativas e diante das perspectivas de melhores condições de financiamento locais e internacionais desses projetos, pelo alinhamento com as políticas de redução de desmatamento e conservação ambiental, espera-se o aumento dos projetos na área de Meio Ambiente.





O caminho verde

Os empreendimentos públicos e privados de preservação e descarbonização têm crescido substancialmente na esteira da agenda ESG e do reaquecimento do mercado de créditos de carbono.

Pelo lado público, a União já assinou 4 contratos de concessão para prestação de serviço público de apoio à visitação, à conservação, à proteção e à gestão de unidades de conservação. Em um deles, o Parque Nacional do Iguaçu, nós estruturamos a modelagem jurídica para o BNDES.

No *pipeline* do PPI há mais 18 projetos similares e mais 9 de concessão para manejo florestal sustentável com a exploração de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros.

Nos anos de 2023 e 2024, a previsão do Governo Federal é licitar 6 novas concessões, em torno de 2.3 milhões de hectares, área similar à de Israel.

No plano estadual, as informações são esparsas. Contudo, estima-se que haja potencial para 50 concessões, com 30 milhões de hectares.

Um dos grandes motes para a atratividade desses projetos é a possibilidade de criação e comercialização de créditos de carbono.

As concessões de manejo florestal são particularmente interessantes por permitir a exploração de receitas acessórias por meio de créditos de carbono. O recém-lançado edital para a concessão das Florestas Nacionais de Chapecó, Irati e Três Barras traz permissão expressa neste sentido, ainda que com algumas condicionantes (ex.: apresentação de projeto específico, prévia autorização do Serviço Florestal Brasileiro, não violar o plano de manejo, etc.).

Na linha de conferir maior segurança jurídica, em maio agora foi editada a Lei nº 14.590, que atualizou a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, por exemplo passando a permitir a exploração de outras atividades não madeireiras e o aproveitamento e comercialização de créditos de carbono.

Independentemente da modalidade de concessão, os benefícios são nítidos: conservação, reflorestamento, exploração de produtos florestais (madeireiros ou não), serviços de ecoturismo, desenvolvimento econômico de longo prazo, redução de atividades ilegais, gestão mais eficiente de ativos ambientais, desenvolvimento social para as comunidades locais e ESG se tornando pecuniariamente tangível.

Por outro lado, há atividades restritas, tais como mineração, exploração de patrimônio genético, exploração de recursos hídricos, fauna e flora.

Pelo lado privado, estamos assessorando empreendedores na estruturação da comercialização de créditos de carbono. E o mercado financeiro está evoluindo para criar produtos inovadores, com essa pegada verde. Identificamos um fundo de investimento que está captando recursos para aquisição de florestas e geração de créditos de carbono.

Enfim, há mercado, *pipeline* e oportunidades.



Autor

Frederico Bopp Dieterich,
sócio da área de Infraestrutura
do Azevedo Sette Advogados



4º escritório mais lembrado pelas maiores empresas (em faturamento) e bancos (em ativos) da América Latina. Pesquisas Who Represents Biggest Latin America's Companies e Who Represents Biggest Latin America's Banks (LACCA, 2022)



www.azedosette.com.br

A **Radar PPP** ajuda sua empresa a desenvolver as capacidades e habilidades para interpretar o mercado nacional de infraestrutura, além de oferecer informações que fazem a diferença. Acreditamos que o mercado brasileiro de investimento privado em infraestrutura pode gerar benefícios para empresas, órgãos do governo e sociedade. A chave é o acesso à informação qualificada. É a informação adequada e no momento certo que permitirá aos agentes tomar melhores decisões, gerando ganhos para todos os envolvidos.

o que fazemos



CONSULTORIA | A Radar PPP tem expertise para **atuar de forma estratégica em todas as etapas do ciclo de vida das PPPs**, com produtos e serviços que podem ser contratados de forma integrada ou caso a caso, de acordo com a necessidade dos clientes.

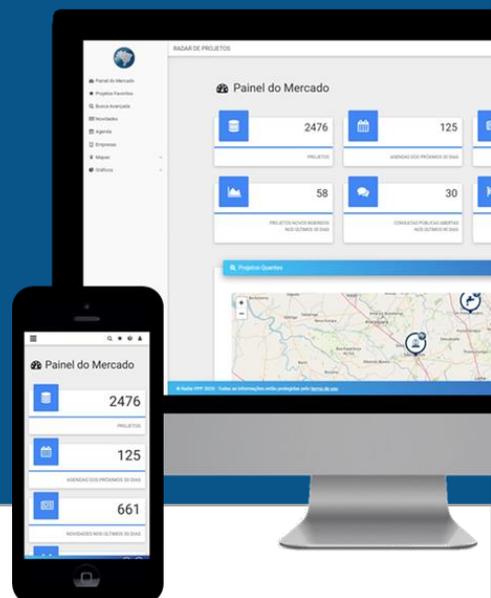


INFORMAÇÃO | A Radar PPP desenvolveu o mais qualificado sistema de informação sobre concessões e PPPs do Brasil (**Radar de Projetos**), com monitoramento diário de **mais de 4.800 projetos mapeados**.



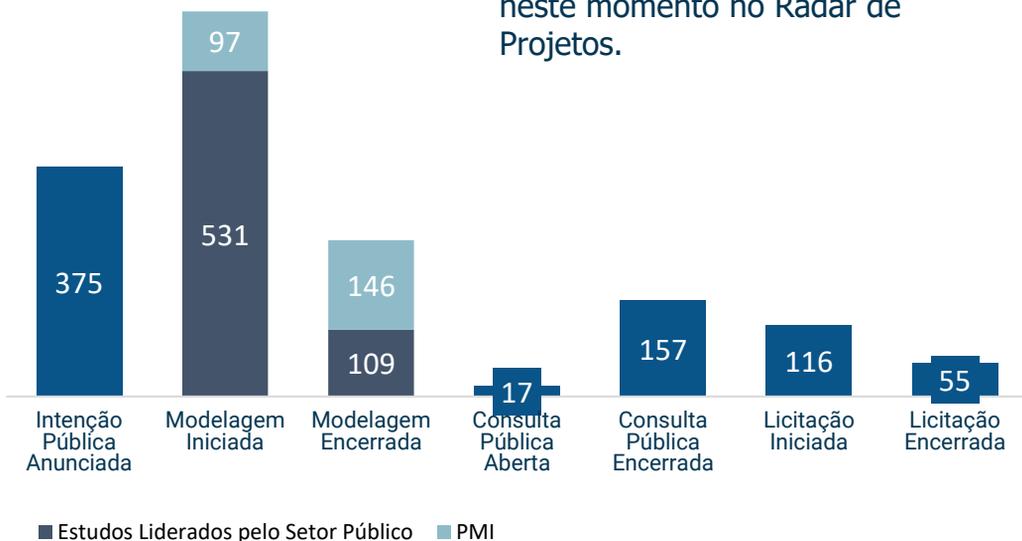
TREINAMENTOS | A Radar PPP presta serviços em parceria com centros de estudos nacionais e internacionais, além de treinamentos específicos para preparação da **certificação CP³P**, ou customizados de acordo com a necessidade dos clientes.

- O foco estratégico na melhoria da eficiência do mercado brasileiro de PPPs e concessões inspirou a Radar PPP a **conceituar, desenvolver e atualizar o único banco de dados existente da experiência brasileira com o tema.**





- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP, possui atualmente **informações sobre mais de 4.800 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.
- Existem **1.603 projetos ativos, nos diversos estágios de maturidade**, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, 11 de julho de 2023. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

Projetos em Destaque

Unidades de Pronto Atendimento, Hospital e Maternidade

Saúde

Modelagem – PMI Iniciado



Pernambuco | Cabo de Santo Agostinho

PPP Habitacional

Habitação e Urbanização

Intenção Pública Anunciada



São Paulo

Gestão de Equipamentos e Serviços do Complexo da Pampulha

Cultura, Lazer e Comércio

Licitação Iniciada



Minas Gerais | Belo Horizonte

Resíduos Sólidos (Uberlândia)

Resíduos Sólidos

Modelagem – PMI Iniciado



Minas Gerais | Uberlândia

O presente documento é um oferecimento de

Azevedo Sette Advogados

Somos um escritório full service na área do Direito Empresarial, com mais de 50 anos. Contamos com mais de 500 colaboradores em cinco unidades. Em 2022, ocupamos o 4º lugar no ranking "Who represents Latin America's biggest companies 2022", da Latin American Corporate Counsel Association – LACCA. Somos reconhecidos no setor de Infraestrutura pelos melhores guias especializados (Chambers Global, Chambers Latin America, Chambers Brazil, LACCA Approved, Who's Who, The Legal 500, Latin Lawyer 250 e Leaders League), e por clientes públicos e privados, nacionais e internacionais. Somos o Azevedo Sette Advogados.

Azevedo Sette
ADVOGADOS

**vernalha
pereira**

Vernalha Pereira Advogados

Vernalha Pereira é um escritório admirado em diversas expertises do direito corporativo pelos principais diretórios jurídicos nacionais e internacionais. É reconhecido por atuar como um consistente parceiro de negócios em projetos de infraestrutura no Brasil, especialmente nos setores de saneamento, construção, rodovias, ferrovias, aeroportos, mobilidade urbana, energia, gás, comunicações, iluminação pública e cidades inteligentes. Com unidades em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília e Curitiba, a banca conta com profissionais preparados para oferecer soluções jurídicas multidisciplinares e integradas, com a precisão, eficiência e responsabilidade que os grandes casos e os projetos complexos exigem.

Radar PPP

A Radar PPP foi fundada em 2014 com o propósito de preencher a necessidade identificada pelos seus fundadores de organizar a informação pública disponível sobre o mercado nacional de PPPs e concessões. E segue fazendo isso até hoje, juntamente com as atividades de produção de conhecimento, o desenvolvimento e implementação de cursos e a prestação de serviços especializados de consultoria para governos, empresas, organizações do terceiro setor e instituições multilaterais. Diariamente, renovamos a nossa crença de que o futuro da infraestrutura e o aprimoramento da qualidade no gasto público no país passam pelas PPPs e Concessões. E a Radar PPP tem orgulho de existir para fazer parte disso.

 **RADAR PPP**

Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O iRadarPPP é um oferecimento da Radar PPP, de parceiros e patrocinadores para servir como indicador para os milhares de profissionais, da iniciativa privada e do setor público, que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados do Radar de Projetos.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade da prática nacional com concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo a qualidade no emprego de recursos públicos.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre está aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

Para esclarecimentos sobre a metodologia do iRadarPPP, consulte <https://radarppp.com/informacao/iradarppp/>.